

Governo tenta *federalizar* crime

Das agências Estado e Folha

A absolvição dos oficiais da PM paraense deverá resultar pelo menos numa ação específica na área de Direitos Humanos: agora, o governo tentará aprovar no Congresso a *federalização* (passar para a esfera da União, da polícia e da Justiça federal) de crimes coletivos cometidos por agentes do Estado contra os direitos humanos.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo próprio Executivo há três anos e três meses e ainda não foi votado por falta de empenho do próprio governo, que vem definindo a pauta de prioridades para as votações.

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, garantiu ontem que "o governo intensificará seus esforços para aprovar a emenda da Constituição 368, que transfere para a polícia e a Justiça federal conflitos como esse de Carajás".

Direitos Humanos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Nilmário Miranda (PT-MG), não só concorda como também promete "todos os esforços" para convencer a base do governo no Congresso a apoiar e aprovar o projeto.

O parlamentar afirma que, com a mudança, tais crimes passarão a ser investigados e julgados pela Justiça federal, "onde espera-se haja maior isenção em relação às polícias e à Justiça locais".

COMISSÕES

O projeto ficou parado nas comissões da Câmara e voltou a ser discutido na reforma do Judiciário com a inclusão de um dispositivo no parecer do deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ex-relator da reforma.

Outro projeto, também de iniciativa do Executivo, transforma o Conselho de Defesa dos

Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional — com poderes para apurar e punir quem cometer crimes que atinjam direitos humanos.

A proposta, inicialmente enviada ao Congresso em agosto de 1994 pelo então ministro da Justiça Alexandre Dupeyrat, está pronta para ser votada pelo plenário da Câmara.

"Por que não votamos ainda? É uma boa pergunta. O resultado do julgamento poderá ser um estímulo. Talvez seja esse o momento de trazer o assunto para discussão. Vou fazer isso", afirmou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG).

Já o líder do PT na Câmara, José Genoino (SP), preferiu apenas lamentar a "omissão" do governo em relação ao julgamento. "Lamento que o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, e o ministro da Justiça, José Carlos Dias, não tenham ido lá (no julgamento)".